

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

MARIA ELIZA VERNET MACHADO WILKE

**A INTERVENÇÃO DE PROFISSIONAIS
JUNTO A MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Prof^a. Dr^a. Marlene Neves Strey

Orientadora

Porto Alegre, janeiro de 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**A INTERVENÇÃO DE PROFISSIONAIS JUNTO A MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Dissertação de Mestrado

MARIA ELIZA VERNET MACHADO WILKE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, sob a orientação da Profa. Dra. Marlene Neves Strey.

Porto Alegre, janeiro de 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W681a	<p data-bbox="386 615 1396 793">Wilke, Maria Eliza Vernet Machado A intervenção de profissionais junto a mulheres vítimas de violência conjugal / Maria Eliza Vernet Machado Wilke, com a orientação da Profa. Dra. Marlene Neves Strey. — Porto Alegre, 2007. 92f.</p> <p data-bbox="386 835 1396 909">Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.</p> <p data-bbox="386 951 1396 1018">1. Psicologia. 2. Atendimento profissional. 3. Mulher. 4. Violência doméstica. I. Strey, Marlene Neves. II. Título</p>
-------	---

Bibliotecária Responsável
Rosane Bastos Meirelles — CRB 10/1245

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

MARIA ELIZA VERNET MACHADO WILKE

**A INTERVENÇÃO DE PROFISSIONAIS JUNTO A MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA CONJUGAL**

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Marlene Neves Strey - Orientadora

Profa. Dra. Adriana Wagner

Profa. Dra. Graziela Cucchiarelli Werba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, que fez parte fundamental do início desta caminhada, sempre acreditando e me incentivando. Por vezes, me emprestou asas, através de seus conselhos e de sua tão vasta biblioteca, e me disse: "Voa!". Agora que eu não o tenho mais por perto, fica registrado, como mais um ritual, o meu obrigado.

Dedico este trabalho, também, a minha mãe, que sempre me mostrou e me mostra a força, a coragem, a determinação, a sensibilidade e o afeto, ajudando efetivamente para que tudo fosse feito sem atropelos, conversando sobre os meus prazos e me animando segui-los.

AGRADECIMENTOS

Agradeço tanto incentivo, apoio e amor.

Ao Remo, meu companheiro, meu marido, que, com seu carinho e ajuda na rotina familiar, se dedicou a sempre estar presente quando eu não podia.

Ao Matheus, meu filho, que sempre quis estar ao meu lado, ouvindo minhas reflexões e observando na mídia situações cotidianas de violência de gênero. Um adolescente que se prepara com uma visão mais humana e que poderá auxiliar num futuro melhor para homens e mulheres.

A minha tia Tania, que esteve comigo na linha de frente, me assessorando no uso da tecnologia, lendo meus textos e auxiliando na sua refinação. Ela, uma feminista nata, nos anos 60, fez história em Bagé e adorou ver a sobrinha trilhando caminhos que têm tanto a ver com as nossas conversas na minha adolescência.

Meu carinho e gratidão à Profa. Dra. Marlene Neves Strey, minha orientadora, que me inspirou na busca de novos conhecimentos, compartilhou seus saberes e sua trajetória de maneira tão generosa, vibrou com cada nova conquista e, com seu afeto, possibilitou que formássemos um grupo de pesquisa solidário, com uma energia de trabalho e apoio muito positiva.

Aos meus amigos do Mestrado, especialmente Gustavo, Roberta e Viviane, que compartilharam suas experiências, vivências e ansiedades, crescemos juntos. Obrigada.

Aos e às profissionais entrevistados(as) que tão gentilmente me receberam e falaram sobre o seu trabalho. Muito obrigada.

Sólo le pido a Dios

Letra e música de León Gieco

Sólo le pido a Dios
que el dolor no me sea indiferente,
que la reseca muerte no me encuentre
vacío y solo sin haber hecho lo suficiente.

Sólo le pido a Dios
que lo injusto no me sea indiferente,
que no me abofeteen la otra mejilla
después que una garra me arañe esta suerte.

(...)

Sólo le pido a Dios
que el engaño no me sea indiferente
si un traidor puede más que unos cuantos,
que esos cuantos no lo olviden fácilmente.

Sólo le pido a Dios
que el futuro no me sea indiferente,
desahuciado está el que tiene que marchar
a vivir una cultura diferente.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PARTE II - ARTIGO TEÓRICO	17
PARTE III - ARTIGO EMPÍRICO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO	65

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação foi estruturada conforme a proposta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Constitui-se, assim, de três partes integradas, porém distintas, o projeto de pesquisa, o artigo teórico e o artigo empírico. A proposta é a de que os artigos possam ser, posteriormente à apreciação da banca, encaminhados para publicações, a serem definidas, tendo sido, por isso, observadas as normas do Manual de Estilo da APA (2006).

A produção de uma dissertação nestes moldes trouxe alguns aspectos positivos como o exercício de síntese dos conteúdos e uma aproximação com o que há de mais novo na área, através dos artigos e revistas especializadas, com o objetivo de se fazer uma produção textual de qualidade, com boas condições de publicação. Mas os limites também ficam claros no fato de que os dados coletados foram condensados, e o processo de pesquisa e análise dos dados não fica tão demonstrado, se compararmos com os moldes tradicionais de apresentação das dissertações de Mestrado. A expectativa, agora, é a de que o entrelaçamento dos conteúdos ao longo das três partes do trabalho permitam ao(a) leitor(a) uma apreciação das indagações que tiveram início no projeto de pesquisa e que foram sendo, ao longo do processo, reproblematicadas e ampliadas.

A presente introdução também permite à aluna compartilhar com o(a) leitor(a) um pouco da sua trajetória antes e durante o mestrado, além de apresentar o trabalho que será lido a seguir.

Anteriormente ao Mestrado, fiz minha formação como terapeuta de casal e de família, no curso realizado em 1995 no Centro de Estudos da Família e do Indivíduo (CEFI). Não tínhamos, nessa época, o enfoque dos estudos de gênero no nosso trabalho, porém, com a terapeuta Cristina Ravazolla, que desenvolvia atividades semestrais, com o objetivo de trabalhar o self das futuras terapeutas, fomos levadas a refletir sobre o nosso papel de protagonistas da própria vida, possibilitando, lentamente, maior empoderamento daquelas alunas-mulheres que despontavam na carreira e nas suas vidas.

Foi trabalhando em uma Prefeitura da Grande Porto Alegre, há cerca de oito anos, que me deparei com a violência contra a mulher perpetrada pelo companheiro e constatei o quanto eu e a equipe estávamos despreparadas(os) para lidar com a questão. Com a interrupção desse trabalho, por ocasião do término do contrato emergencial, continuei atendendo casais no consultório e foi então que amadureci a decisão de fazer o mestrado nos estudos de gênero.

No grupo de pesquisa da Profa. Dra. Marlene Neves Strey estavam sendo delineadas duas novas pesquisas, uma sobre a mudança das crenças nas mulheres que saíam da relação abusiva, e outra sobre os homens agressores. Nessa fase, identifiquei a importância do estudo sobre os(as) profissionais que atendem as mulheres vítimas de violência, com o objetivo final de obter olhares distintos e que se entrelaçariam, formando uma visão tridimensional do fenômeno da violência conjugal.

Ciente de que tinha muito o que aprender, me vi impulsionada a pesquisar e a entender como se dá o atendimento a mulheres vítimas de violência conjugal por parte

dos(as) profissionais de diferentes áreas técnicas, como eles(as) interpretam a violência, interagem e respondem a essas mulheres. Durante o primeiro ano do mestrado, mantive a atenção focada em tudo o que era trabalhado nas várias aulas e na possibilidade tão rica de se ter diferentes visões dos(as) professores(as) sobre a minha pesquisa. Em uma aula em especial, com a Profa. Dra. Neuza Guareschi, discutimos a idéia de colocar no título do meu projeto de pesquisa o termo "revitimização", ela ajudou-me a problematizar essa intenção, com o argumento de que não devíamos ter como um fato consumado a idéia de que os(as) profissionais, sim, revitimizavam as mulheres, mas, ao contrário, devíamos explorar, conhecer como se dá o atendimento profissional nesta cidade, nesta época.

Conversando com a minha orientadora, amadureci mais essa idéia, e, com o aprofundamento das leituras, enfocamos também o estresse pós-traumático e o sofrimento psíquico desses(as) profissionais que atendem mulheres vítimas de violência. Foi um período em que li muito e fui formando um referencial teórico que me preparou, na medida do tamanho dessa experiência, limitada no tempo, para dar seqüência ao projeto de pesquisa, testando alguns caminhos, que me possibilitariam a sua realização. Inicialmente, eu e minha orientadora pensamos em realizar a pesquisa dentro de um posto de saúde, verificando o funcionamento de uma única instituição, mas os entraves burocráticos não nos possibilitaram, e também tínhamos muito clara a importância de entrevistar profissionais do Direito e da Polícia Civil, além de profissionais da área da saúde. Assim, optamos por entrevistar profissionais de diversas áreas técnicas e de diferentes instituições.

Fui percebendo, nas leituras e no trabalho no grupo de pesquisa da Profa. Dra. Marlene Neves Strey, que o tema violência e gênero tem muitas interfaces e desdobramentos. Procurei ler sobre a violência doméstica, a violência conjugal, a violência contra crianças, os homens agressores, tratamentos e tentativas terapêuticas de enfrentar a

violência contra as mulheres, o que me ajudou a refinar o foco e me deter especificamente na violência conjugal.

Nesse ano de 2006 o Congresso Fazendo Gênero 7, realizado em Florianópolis, na UFSC, foi um exercício importante, tanto na apresentação da pesquisa em andamento, como nos contatos com profissionais especialistas na área da violência de gênero, que me auxiliaram, contando suas experiências e fornecendo cópias de artigos e livros muito valiosos para este estudo. É interessante como a paixão pela psicologia e a busca por melhores condições de vida para homens e mulheres nos aproxima e nos faz solidários nesta militância e na disposição de estudar, compreender a violência e tentar identificar quais as melhores formas de responder a essa questão.

Durante o contato com os(as) participantes da pesquisa, estive envolvida com marcações de entrevistas nem sempre fáceis, algumas profissionais se recusaram a participar do estudo, alegando falta de tempo nas suas agendas. Acredito que a maior dificuldade era abrir espaço para receber alguém que estava realizando uma pesquisa, o que gera uma desconforto na rotina, pois teriam que parar e pensar, para poder contar. Também acredito que o fato de muitas pesquisas não informarem os seus resultados, origina o sentimento de ter sido usado, sem nenhum benefício em troca. Como não queríamos que a nossa pesquisa provocasse esse sentimento, nos comprometemos com os(as) participantes a dar retorno desse estudo.

No decorrer do processo de coleta de dados, fui percebendo que a entrevista narrativa, precedida de um contato telefônico atencioso, tirando dúvidas e informando com clareza os objetivos da pesquisa, um rapport tranquilo e uma escuta solidária e respeitosa, corria muito bem, com crescente interesse dos(as) entrevistados(as), que contavam sua experiência, encadeando fatos e idéias. Parece que essas entrevistas passaram a ser

valorizadas como catárticas, os(as) profissionais tiveram momentos de risos e lágrimas, foram momentos intensos. Eu, por minha vez, fui ampliando a idéia do quanto é difícil se trabalhar no cotidiano com a violência; e nas supervisões com a minha orientadora, fui dividindo o que também me sobrecarregava, delineando os caminhos que me fizeram chegar até aqui, refletindo sobre as entrevistas e sobre as análises. Acrescento o que eu, por experiência, sempre soube, mas mais uma vez constatei o quanto é necessário para os profissionais não estarem sozinhos, terem com quem repartir suas dúvidas e indagações.

No segundo ano do Mestrado, fiz uma cadeira no Pós-Graduação da Faculdade de Educação com o Prof. Dr. Pergentino Pivatto, intitulada Seminário Avançado em Educação para Paz, Não-Violência e Direitos Humanos. Essa experiência, nos estudos para paz, me proporcionou outras leituras, que tentei compartilhar no artigo teórico, presente nesta dissertação, procurando realizar uma articulação teórica entre os estudos de gênero, que reconhecem a cultura patriarcal como uma cultura de violência, que não reconhece os direitos humanos das mulheres na sua totalidade, com os estudos da paz, que percebem que os estereótipos de gênero são um empecilho para se promover os direitos humanos das mulheres e instaurar uma cultura de paz.

Abordo também questões relacionando a violência conjugal e as implicações na assistência e tratamento que a sociedade vem dando a este grave problema, e, por outro lado, apresento a importância de ações profissionais, também sugeridas nos estudos para a paz, que visem estimular o empoderamento de mulheres e homens em situações de violência, com a idéia fundamental que o agir violento é um agir sem reflexão e que se nós, enquanto profissionais, estimularmos o agir reflexivo estaremos contribuindo para mudanças profundas em nível das crenças dessas pessoas.

No segundo artigo, o empírico, apresento o estudo realizado com seis profissionais, da Psicologia, do Serviço Social, da Medicina, da Polícia Civil, da Enfermagem e do Direito, que atendem mulheres vítimas de violência conjugal. A partir das questões de pesquisa, procuro mostrar a percepção dos(as) profissionais sobre a violência conjugal, o seu agir profissional, as dificuldades nessa atuação e, por último, quais as ações que as instituições e os(as) profissionais estão realizando para a prevenção da violência.

Espero que a leitura deste trabalho possa contribuir com a reflexão e a visibilidade do fenômeno da violência conjugal para que possamos conhecer um pouco mais sobre a rede de atendimento a mulheres em situação de violência, divulgar o que está funcionando e sugerir caminhos de melhoria nas atuações. Quando um estudo se conclui, logo dá espaço de reflexão para os próximos, portanto, leia, tendo em mente esse meu convite.

PARTE I - ARTIGO TEÓRICO

**VIOLÊNCIA CONJUGAL:
O DIFÍCIL CAMINHO RUMO AO ATENDIMENTO**

Maria Eliza Vernet .Machado.Wilke
Marlene Neves Strey

RESUMO: Este texto procura traçar um quadro teórico, no qual serão articuladas questões relacionando a violência conjugal e as implicações na assistência e tratamento que a sociedade vem dando a este grave problema. Através de uma crítica à cultura patriarcal, vista como uma cultura de violência, reconhece que os estereótipos de gênero são um empecilho à promoção dos direitos humanos das mulheres. Por outro lado, apresenta a importância de ações profissionais que visem estimular o empoderamento de mulheres que vivem situações de violência.

PALAVRAS-CHAVE: violência de gênero, violência conjugal, direitos humanos trabalho de assistência e tratamento na violência conjugal

The Difficult Road toward Professional Assistance

ABSTRACT: This text attempts to build a theoretical framework to discuss some aspects of gender-based violence against women and, more specifically, intrafamily violence. It intends to articulate questions related to marital violence, human rights and education for peace. By criticizing patriarchal culture, seen as a culture of violence, it shows that gender stereotypes are an obstacle to the promotion of the human rights of women. Moreover, the text presents theoretical references that point to the importance of professional actions that aim at stimulating the empowerment of men and women facing situations of violence.

KEY-WORDS: Gender violence, marital violence, human rights, therapeutic action and assistance related to Violence against Women

No presente artigo, temos a intenção de articular conceitos teóricos que nos auxiliem na reflexão acerca da violência conjugal e do enfrentamento necessário desse conflito tão presente na nossa sociedade. Para isto, faz-se necessária uma abordagem dos conceitos de violência, para só então entrarmos na especificidade da violência conjugal, tendo como marco epistemológico o conceito de gênero e as articulações com o modelo patriarcal existente.

A violência caracteriza-se por ser um dos fenômenos mais angustiantes do mundo atual, havendo um incremento de atos agressivos que são percebidos, muitas vezes, pela sociedade, como banais, passando a imperar um estado de indiferença e de tolerância. Fala-se muito em violência como um fenômeno social que descreve a patologia dos novos tempos, podendo ser definida como uma força destruidora, em que o agressor invade o agredido, priva-o de sua liberdade e dignidade. A raiz etimológica do termo violência remete ao conceito de força e se relaciona com ações, tais como violentar, violar, forçar, que produzem danos ao agredido. No sentido macrossocial, podemos citar a violência política, a violência econômica, a violência social etc. Todas essas formas remetem a outro conceito que é o de poder, pois toda violência exerce um poder mediante o emprego da força, que expressa sempre uma hierarquia real ou simbólica. A violência surge sempre que há um desequilíbrio de poder e quando a palavra e a argumentação foram abandonadas (Gauer & Gauer, 1999).

Definições de poder e violência foram cuidadosamente problematizadas por Arendt (1999). Para a autora, poder e violência ocorreriam em momentos opostos, onde um domina, o outro não está presente. O poder emerge de um grupo e é legitimado nas relações, visa o agir e o fazer em comunidade. Já a violência é um instrumento que aparece

quando o poder corre o risco de se extinguir. Mandar em vez de argumentar constitui-se em forma violenta de convivência.

Essa mesma autora, ao fazer uma reflexão da filosofia política, refere que é um triste reflexo da sociedade atual não fazer distinção entre os termos poder, vigor, força, autoridade e violência. Atualmente, todos são tomados como sinônimos e têm por objetivo demonstrar quem está no comando. Para Arendt (1999), a precisão conceitual é necessária para que o discurso e a ação, constitutivos das relações entre as pessoas, tenham como meta mudar estruturas de convivência.

No âmbito das relações interpessoais, a conduta violenta expressa uma cultura de violência presente na sociedade (Guimarães, 2005). A violência presente, por exemplo, nos meios de comunicação influi nos valores e crenças que existem e são perpetuados pelas pessoas. Modelos de violência passam a ser vistos como meios adequados de resolver conflitos através de castigos e maltratos. É a "naturalização" da violência que irá influenciar a sua definição, percepção e emprego. É comum a idéia de que a autoridade deva ser mantida com o uso da violência física ou psicológica, não levando em conta que a autoridade só estará legitimada naquele que a conquistou por merecimento, pelo reconhecimento de sua competência. A sociedade e a família necessitam da presença do poder e da autoridade, assim compreendidas, para que ações violentas não ocorram. O aumento da cooperação e da unidade surge com a superação do medo, o crescimento da satisfação e o fortalecimento da auto-estima (Arendt, 1999).

O mundo público e o mundo privado são descritos por Corsi (2001), que identifica estruturas de convivência contraditórias nas resoluções de conflitos. No espaço público, no trabalho, por exemplo, conflitos são resolvidos mediante o uso de palavras ou de persuasão;

já no espaço privado, na vida em família, os conflitos são, muitas vezes, resolvidos mediante a força, com o exercício de poderes despóticos.

Essa relação violenta no âmbito das relações familiares tem suas raízes na tradição patriarcal. A perspectiva masculina é valorizada com a visão de que a mulher é hierarquicamente subordinada ao homem. Os relacionamentos são marcados por diferenças de gênero, que se caracterizam pela opressão e abuso da mulher pelo homem (Strey, 2004).

Ao se pensar em gênero, enquanto uma perspectiva sociohistórica, percebe-se que, apesar das constantes mudanças na sociedade, características da tradição patriarcal ainda modelam as relações entre homens e mulheres. influenciam como vivem, se compreendem e significam um para o outro. Tal compreensão está ideologicamente influenciada pelo sistema patriarcal visto como uma cultura de violência. Ideologia é aqui entendida na sua concepção crítica, como formas simbólicas que servem para sustentar relações de dominação (Thompson, 1995).

O fenômeno da violência de gênero demonstra que as relações entre homens e mulheres estão marcadas pela assimetria e hierarquização. A violência conjugal foi, por muito tempo, invisível, só nos anos 70, com o movimento feminista, começou a ser identificada como um problema psicossocial. Na década de 80, com o slogan "quem ama não mata", movimentos sociais trouxeram a público a denúncia de que os chamados crimes passionais continham uma violência contra a mulher, que não diziam respeito a casos isolados, mas os inseria no contexto das relações de poder de uma cultura patriarcal (Almeida, 1998; Burman, 2003).

Atualmente, a violência contra a mulher é vista com grande preocupação pelos que se dedicam a esta questão, por se tratar de um problema de saúde pública, que afeta a integridade corporal, o estado psíquico e emocional da vítima. Essa violência pode ser

reproduzida de diversas maneiras, e é importante, também, reconhecer o plano simbólico, em que papéis sociais e sexuais são impostos.

Em uma pesquisa realizada em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, 43% das mulheres com quinze anos ou mais admitiram já terem sido vítimas de violência sexista, sendo que em 53% dos casos os agressores são os maridos e parceiros (Fundação Perseu Abramo, 2001).

A mobilização em torno desse tema tem privilegiado debates e pesquisas em suas várias submodalidades e desdobramentos: violência familiar (Grossi & Aguiniski, 2001), violência contra a mulher (Carrasco, 2003), violência e infância (Camini, 2000), violência de gênero (Werba, 2004). Essas pesquisas também referem o quanto é difícil denunciar a violência, e o quanto é longo e doloroso o processo vivenciado pelas vítimas até reconhecerem a realidade negada.

Aprofundando o olhar sobre as questões específicas da violência contra a mulher, percebe-se que há um consenso entre vários autores e autoras, que identificam esse tipo de violência como uma violência de gênero (Grossi & Aguiniski, 2001; Lerner, 1999). A violência contra a mulher é um fenômeno extremamente complexo, em que as relações de poder estão baseadas nas relações hierárquicas de gênero, na sexualidade e nos papéis sociais esperados para os homens e para as mulheres. Em muitas sociedades, a questão de gênero se mostra de modo assimétrico. A partir da supremacia masculina, os homens ocupam postos de maior poder e prestígio e as mulheres subordinam-se a eles. Até mesmo as relações entre mulheres são normatizadas pela cultura patriarcal e estereótipos de gênero são transmitidos entre elas. A violência faz parte desse controle social e se instaura na sociedade como meio da supremacia masculina se inserir na cotidianidade. A maioria dos casos de agressão acontece no ambiente familiar, e o principal agressor é o companheiro

que a mulher escolheu para se relacionar e construir uma família (Grossi & Aguinski, 2001).

O maltrato que manifesta o domínio do homem sobre a mulher pode acontecer de várias formas, segundo Corsi (2001). O maltrato físico, que é a forma mais evidente de violência conjugal, expressa-se em lesões que se constituem em provas de que o problema existe. Pode significar que a escalada de violência vem se repetindo e se agravando. Pode começar com empurrões, bofetadas e continuar com graves lesões internas, desfigurações etc. O abuso psicológico é exercido através de manipulação emocional, com desvalorização, culpabilização, intimidação, e por meio de condutas restritivas como o isolamento e o controle econômico. A mulher submetida a esse clima emocional sofre uma progressiva debilitação psicológica. O abuso sexual se produz quando a mulher é forçada a manter relações sexuais contra a sua vontade ou quando ela se vê obrigada a consentir para evitar danos maiores, como, por exemplo, para proteger os filhos de ameaças ou de presenciarem agressões. O dano psicológico estará sempre presente em todos os tipos de violência conjugal descritos e produzirá conseqüências tão graves que a mulher terá dificuldades para buscar soluções para seus problemas.

Uma vez que surgem as condutas violentas, a probabilidade de que se reproduzam é muito alta, porque são percebidas como recursos eficazes para obter o desejado de forma rápida. Funcionam como uma descarga para o maltratante, que distorce a realidade e minimiza ao máximo as conseqüências de sua conduta. Com o tempo, a conduta violenta se estabiliza e o grau de perigo para a vítima aumenta.

Compreender e reconhecer as fases do ciclo de violência, que podem durar vários anos, é muito importante para que se possam identificar os sérios riscos que a mulher corre nessa escalada.

O início do ciclo da violência é identificado por Sarasua e Zubizarreta (2000) como uma fase de tensão, com insultos verbais e atritos. A mulher se sente culpabilizada e o agressor sente-se no direito de reclamar e hostilizar. Na fase seguinte, surgem agressões físicas, com lesões que podem ser múltiplas, a mulher se deprime e, muitas vezes, atônita, não acredita no que ocorreu, sente vergonha e se retrai. A fase da reconciliação pode começar com o agressor pedindo desculpas, prometendo mudar e oferecendo presentes. A mulher tem reforçado o desejo de manter a família e segue-se um período de relativa calma. Os incidentes de violência repetidos serão cada vez mais sérios, com aumento de frequência e intensidade. O ciclo termina muitas vezes em assassinato. As fases do ciclo da violência, descritas habitualmente na literatura com essa seqüência, são ilustrativas de um modelo de interação, mas devemos ter em mente que elas podem também se suceder de outras formas.

A violência repetida, segundo Dohmenn (2001), com períodos de arrependimento e ternura, provoca uma ansiedade extrema, com comportamentos de alerta por parte da mulher, que percebe o clima de constante ameaça. A deterioração física e emocional vai se instalando de tal forma, que a mulher não a percebe; ao ser constantemente insultada, humilhada, desqualificada, chega a duvidar de sua saúde mental. Frequentemente, a mulher maltratada atribui a si mesma a culpa pelo que ocorre, assumindo-se como merecedora dos castigos a que é submetida pelo companheiro.

O conjunto de sintomas que se manifestam na mulher vítima de violência conjugal passa a ser conhecido como Síndrome da Mulher Maltratada, descrita por Leonor Walker (1996). A descrição desse conjunto de sintomas tem o objetivo de chamar a atenção de profissionais da área da saúde, possibilitando identificar que no centro do problema de saúde de mulheres que se mostram poliqueixosas, pode estar o fato de elas estarem sofrendo agressão conjugal. Observa-se, também, uma atitude de apatia, um sentimento de

estar indefesa, que não permite encontrar saída. É nesse estado de paralisia, apreendido por estar submetida a níveis constantes e altos de ansiedade, a mulher passa a acreditar que, se reagir, algo mais grave poderá ocorrer contra si mesma ou contra os filhos (Dohmenn, 2001).

Conhecer o ciclo da violência e os comportamentos típicos da síndrome da mulher maltratada permite compreender por que as mulheres não conseguem, muitas vezes, pedir ajuda e denunciar a violência a que são submetidas. Também pode-se reconhecer a importância de uma intervenção externa a partir de políticas públicas que representem saídas para as vítimas.

Quando refletimos acerca da legislação brasileira, constatamos que só com a Constituição Federal de 1988 tivemos um marco significativo, no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres, e no reconhecimento de sua cidadania plena. Houve a inclusão da igualdade de direitos sob uma perspectiva étnico-racial e de gênero, antes inexistente. A nova Constituição contribuiu para que o Brasil se integrasse ao sistema de proteção internacional dos direitos humanos.

Em Viena, no ano de 1993, por ocasião da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, foi aprovada a Resolução n.º 48/104, de 20/12/93, reconhecendo os direitos das mulheres, e, dentre eles, o direito a uma vida livre de violência. Foi o primeiro documento no mundo que tratou a violência contra a mulher como um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos. No Brasil, em 1994, a Convenção de Belém do Pará conclui que ademais da violência física, sexual e psicológica, a violência contra a mulher é também a violação dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos, anulando-os e impedindo que eles sejam exercidos em sua plenitude. A Convenção confere ao Estado a incumbência de tomar medidas para prevenir a violência,

investigar qualquer violação, perseguindo e responsabilizando os violadores e assegurando a existência de recursos adequados e efetivos para a devida compensação às violações. Medidas preventivas, principalmente as educativas, destinadas a evitar a violência contra a mulher, devem ser aplicadas pelo poder público (CLADEM, 2004). Essa necessidade se evidencia nos mais diversos campos de ação. Dentre os principais objetivos dos projetos de desenvolvimento da ONU, até o ano de 2015, está o de promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia da mulher, o que demonstra a importância dessas reflexões (ONU, 2005).

Em 2001, foi aprovado Projeto de Lei n.º 4.493/01, da deputada Socorro Gomes, que exige a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de emergência, e a criação da Comissão de Monitoramento da Violência Contra a Mulher no Ministério da Saúde e nas Secretarias Estaduais de Saúde. Ao justificar a importância do projeto, a deputada afirmava que o sistema de saúde ocupa um lugar estratégico na identificação, acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência. As instituições públicas na área da saúde são as que estão mais próximas das mulheres, pois em algum momento das suas vidas elas frequentarão o serviço, no planejamento familiar, pré-natal ou parto. Mulheres vítimas de violência comparecem com assiduidade aos serviços de saúde, e, em geral, elas apresentam muitas queixas generalizadas. O uso de protocolos específicos padronizaria o atendimento em toda a rede; favoreceria a confiança das mulheres; tornaria visível as dimensões reais do problema; notificaria os órgãos competentes e canalizaria assistência e atendimento específicos para as mulheres vítimas de violência conjugal. (Fonte: Dossiê Violência Contra a Mulher, Rede Saúde, 2001).

Em uma investigação realizada em Cuernavaca, México, em 2006, Herrera e Agoff entrevistaram médicas(os) e enfermeiras(os) do sistema público de saúde para tentar

identificar o porquê do pequeno número de protocolos da Norma Oficial de Atenção Médica para a Violência Familiar (NOM-190) preenchidos por esses(as) profissionais. Dentre os resultados apontados no estudo, encontra-se o desconhecimento de vários(as) profissionais sobre a norma e sua obrigatoriedade. A ausência de capacitação sobre o tema da violência familiar faz com que o (a) profissional não converse com a vítima sobre o assunto da violência, e, quando esta é detectada, ocorre o encaminhamento para o serviço social ou psicológico, sem que seja dada continuidade ao tratamento, ou feita uma abordagem multidisciplinar do caso.

As dificuldades apontadas nessa pesquisa nos mostram que não podemos contar unicamente com políticas públicas e normas amparadas em novas leis. As ações para o enfrentamento da violência contra a mulher devem conter vários níveis de práticas institucionalizadas que forneçam ao(a) profissional treinado(a) diretrizes de como intervir.

No Brasil, até 2006, não existia legislação específica que amparasse de maneira abrangente o combate à violência praticada contra a mulher, incluindo a violência conjugal. É importante ressaltar que a violação dos direitos humanos das mulheres, ainda que esteja presente no âmbito da família, diz respeito a toda a sociedade, inclusive ao poder público. Projetos de lei foram aprovados e trouxeram alterações, que corrigiram erros quanto à violência contra a mulher perpetuados por décadas. Essas alterações estão presentes nos códigos civil e penal, a partir da Lei nº11.106, de 28/03/2005, originada do Projeto de Lei da Deputada Iara Bernardi, que modifica os artigos n.º 216 e 231 do Código Penal, suprimindo a expressão "mulher honesta". Na mesma Lei, há a alteração do artigo n.º 129, que introduz o crime de violência doméstica (Governo Brasileiro/casacivil, 2006).

A Lei n.º 9.099/95, sobre juizados especiais cíveis e criminais e com o objetivo de agilizar a justiça, era utilizada para situações de violência contra a mulher, privilegiava a

conciliação e era aplicável nos casos de lesões leves. O autor pagava uma multa e ficava livre de antecedentes criminais. Era uma legislação que diluía as questões de gênero e não reconhecia as características essenciais da violência contra a mulher. Como a violência doméstica não ganhava *status* de crime, a mulher tinha o seu conflito aumentado com o sentimento de estar abandonada à própria sorte.

A antiga legislação, que acompanhou a sociedade durante tantas décadas, pautava um comportamento socialmente aceito e revitimizava a mulher, deixando clara a impunidade da violência doméstica, como se o que acontecesse dentro de casa não interessasse a ninguém. A autoridade policial representava a Justiça, que não podia interferir no lar e não previa a prisão preventiva do agressor, mesmo com todos os indícios de agressão à mulher. Este panorama, agora, pode ser modificado, já que, em 22 de setembro de 2006, entrou em vigor a Lei n.º 11.340, denominada Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para tornar visível e trazer punição à violência contra a mulher. A autoridade policial terá condições de investigar denúncias, ouvir a vítima e o agressor e instaurar inquérito policial; a vítima estará apoiada por um defensor e será ouvida longe do agressor; não será mais aceita como pena a entrega de cesta básica; serão criados Juizados Especiais contra a Violência Doméstica e Familiar, que, com pessoal treinado e equipe multidisciplinar, garantirá o afastamento do agressor do lar, e, quando necessário for, encaminhará a mulher e seus filhos a abrigos (Governo Brasileiro/casacivil, 2006).

Dar credibilidade à vítima, com a consciência de que a violência intrafamiliar merece um tratamento diferenciado, e fornecer uma escuta acolhedora à queixa, é auxiliar a mulher que se sente só e impotente. A Justiça tem um papel importante em não se omitir e desvelar a violência de gênero, que se encontra presente na submissão imposta à mulher e que mina a sua auto-estima. Os Juizados Especiais devem trabalhar articulados com a

sociedade para que medidas de assistência e tratamento possam ser oferecidos às vítimas e aos homens agressores como grupos terapêuticos, em que o conflito e a violência possam ser trabalhados.

Em decorrência da vergonha que a mulher sente, em muitas ocasiões, a experiência do maltrato se mantém, por longo tempo, totalmente oculta dos demais familiares ou grupos sociais. Ao reconhecer que a violência contra a mulher é um fenômeno extremamente complexo, identificamos que, além de uma legislação específica, é necessário treinamento especializado dos(as) profissionais envolvidos(as) na assistência e atendimento, para que possam dar respostas satisfatórias às mulheres. No momento em que a vítima decide romper com o silêncio e revelar o maltrato, outras dificuldades poderão surgir se encontrar instituições e profissionais pouco preparados(as) para lidar com esse grave problema social.

A revitimização se torna evidente quando médicos(as), psicólogos(as), advogados(as), assistentes sociais, e outros(as) profissionais investigam qual a culpa que as vítimas teriam ao “provocar” abusos ou maltratos. Segundo CLADEM (2004), a vítima tende a ser desacreditada e a lógica é invertida ao se questionar o comportamento da mulher.

Profissionais que atuam em diversos seguimentos da sociedade encontram-se despreparados(as) tecnicamente e tentam invalidar a tentativa de revelação da agressão e desestimulam a idéia de rompimento da relação conjugal. Muitas vezes, as instituições de atendimento primam pela preservação da família como unidade, e, após denúncias de agressão contra as mulheres, têm início sessões de conciliação, em que estereótipos são reforçados. Muitos(as) profissionais sustentam crenças ou mitos sobre a violência, que se

originam de seus próprios marcos conceituais, os quais se refletirão na eficácia do trabalho assistencial (Grossi & Aginski, 2001).

As mulheres em situação de violência doméstica enfrentam muitos desafios, separar-se do companheiro pode significar não possuir mais meios de sustentar-se e aos filhos. Temem também represálias, perda dos filhos e de suas casas. A rede de apoio social constitui, muitas vezes, a única possibilidade de segurança para que as mulheres possam fazer um novo caminho entre a atual realidade de violência e uma nova vida.

A compreensão integral do problema da violência, que resulte na construção de um projeto interdisciplinar, com uma linguagem comum, visando à prevenção, à conscientização, à execução de diagnósticos precoces e ao adequado tratamento, resultaria em recursos comunitários mais eficazes, evitando a revitimização de mulheres vítimas de violência doméstica (Almeida, 1998; Corsi, 2000; Burman, 2003; CLADEM, 2004).

Desta forma, é dever do(a) profissional médico(a), segundo Sarasua e Zubizarreta (2000), desvelar o real motivo de sintomas que podem refletir tensão e violência cotidiana, como palpitações, ansiedade, insônia. Muitas vezes a indicação é de tranquilizantes, enquanto que na vida das mulheres o quadro de violência se agrava. A pergunta que questiona a mulher poderá ser o início do diálogo e da ajuda.

Na Polícia Civil, a primeira delegacia da mulher surgiu em São Paulo, em 1985. Das 225 delegacias de mulheres existentes no Brasil, 126 ficam no Estado de São Paulo. Estes números denunciam a pouca abrangência desse trabalho. Segundo Carvalho (2005), na época da criação dessas delegacias, policiais homens e mulheres não tinham condições de dar à mulher vítima de violência um atendimento diferenciado e, muitas vezes, aconselhavam-na a voltar para casa e esperar pelo dia seguinte, quando tudo se resolveria. Com a crescente constatação de que para muitas mulheres a polícia é o único recurso para

acabar com a violência doméstica em crescente escalada, foram sendo realizados programas de capacitação junto às policiais e aos policiais.

No aspecto das políticas públicas, CLADEM (2004) refere que a criação de programas que prestem assistência às mulheres não acontece em número suficiente. Faltam albergues adequados, onde as mulheres estejam seguras com seus filhos, e em que sejam desenvolvidas atividades que dêem condições de trabalho às vítimas, resgate de sua cidadania e enriquecimento pessoal. Também se fazem necessários grupos terapêuticos com homens agressores com o objetivo de modificar o comportamento abusivo. Essas são medidas importantes, que envolvem profissionais da psicologia, do serviço social, da medicina, do direito, da polícia civil, que, envolvidos(as) em uma construção interdisciplinar, possam gerar respostas psicológicas, sociais e políticas.

A violência não é uma fatalidade inexorável, assim como não o são os estereótipos de gênero. Crenças culturais sobre violência e sobre gênero podem ser trabalhadas pelas mesmas sociedades que as constituíram. A subordinação feminina não é natural, é decorrente de como a mulher é constituída socialmente. Alterando a forma como as mulheres são percebidas e se percebem, gradativamente, o espaço social ocupado por elas também se modificará.

Vivemos uma crise de valores sociais; os homens encontram-se presos emocionalmente a partir dos estereótipos da masculinidade, necessitando produzir, vencer, construir. O patriarcado dominante coloca os homens em uma situação de profunda solidão. Homens e mulheres vivem essa crise e tendem a escamotear o conflito. No Ocidente, há uma tendência ao individualismo, competição e isolamento, que gera a renúncia da expressão de sentimentos e opiniões. Assim, a própria violência, definida como o agir sem

argumentar, é produzida quando o fluxo do pensamento é interrompido, o diálogo cessa e o conflito acaba gerando o agir violento (Guimarães, 2005).

Em uma cultura de não-violência, as questões de gênero devem ter maior visibilidade, oportunizando que novas estruturas relacionais possam surgir. É necessário reconhecer a multiplicidade dos modos diferentes de ser homem e de ser mulher, não visando à igualdade, mas à equidade, numa cultura de paz.

O conceito de paz, para Galtung (1985), passa por uma idéia de mudança, unindo a teoria da paz com a teoria do desenvolvimento social. Esse conceito aborda a questão da sustentabilidade e das ações sociais que garantam os direitos humanos fundamentais. Com a consciência de que os estudos de gênero e os estudos para o desenvolvimento de uma cultura de não-violência estão intimamente ligados, a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade surgem como caminhos necessários que levam à instauração de medidas para o enfrentamento e a prevenção da violência de gênero.

O enfrentamento da violência passa por dar respostas a essa situação, como, por exemplo, articular outra cultura dentro das instituições, e entre a sociedade civil, universidades e Estado. A necessidade que as instituições devem ouvir é a de restaurar a cidadania e garantir os direitos humanos às vítimas de violência. Ao falar, denunciar, a mulher sai do território do segredo, da clandestinidade, o lugar da vítima fragilizada dá espaço à luta, à resistência e ao reconhecimento que o que ocorreu com ela não é um fato isolado.

Os(as) profissionais, que atendem mulheres vítimas e homens agressores, têm a tarefa de escutar e receber essas pessoas de forma que elas possam expressar seus sentimentos e vivências, sem sentirem-se julgadas ou acusadas. A vivência da violência é inesquecível, inesgotável, mas pode ser seguida de uma renovação ocasionada pela

ressignificação da experiência. Mas, não basta para a vítima ser ouvida; ações são necessárias para restabelecer a comunicação, o diálogo consigo mesma e com o outro. O empoderamento, que se constitui em um processo de aquisição de autoconfiança e autoestima individual, é gerado a partir das aprendizagens e do exercício da convivência de relações democráticas, bem como pelo estímulo do poder compartilhado (Guimarães, 2005).

Portanto, é preciso estabelecer ações que visem ao resgate da cidadania, dos direitos humanos e do empoderamento de homens e mulheres, que vivenciaram situações de violência; temos que criar mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de novas formas de pensar, programas capazes de estimular as pessoas e os grupos a argumentarem suas idéias, entrelaçando discursos, superando preconceitos e resolvendo conflitos com criatividade.

A dificuldade que muitas pessoas têm de expor seus posicionamentos e debater pontos de vista diferentes é um obstáculo à vida sem violência, e as atividades nos grupos podem significar uma oportunidade de exercitar o entendimento. Paralelamente a isso, os grupos voltados ao desenvolvimento de trabalho e renda também são imprescindíveis para assegurar novos recursos de sustentabilidade e independência financeira, a partir das quais os direitos humanos mais elementares possam ser garantidos a homens e mulheres. É fundamental que haja o acompanhamento do cumprimento das Leis que, por si só, não bastam para modificar o agir dos profissionais e da sociedade. Mecanismos de regulação, através de relatórios sobre as medidas adotadas no atendimento às vítimas, sobre queixas e denúncias, poderiam ser encaminhados para órgãos de ouvidoria, que fiscalizem o cumprimento das leis, são algumas das medidas que poderiam ser adotadas. Temos também

que reconhecer que as leis não resolvem o conflito inerente à violência conjugal, mas fornecem ferramentas importantes na sua coibição.

A resposta que podemos dar à violência contra a mulher é necessariamente intersetorial, com a participação de vários segmentos da sociedade. As universidades são chamadas a participarem, com a implantação dos estudos de gênero nos seus currículos e projetos de assistência e prevenção ao maltrato contra a mulher, analisando e acompanhando grupos reflexivos, que possam documentar e transmitir mais conhecimento para o adequado enfrentamento da problemática. É necessário, ainda, que mais pesquisas sejam elaboradas para que nos respondam quais as melhores formas de tratar as vítimas e os homens agressores. Precisamos formar e treinar profissionais para essa difícil tarefa, com subsídios teóricos e vivências supervisionadas por uma equipe mais experiente, que possa dividir e auxiliar essa responsabilidade. Um atendimento mais humanizado passa por um bom treinamento, para que o(a) profissional tenha mais do que boa vontade a oferecer.

Profissionais bem treinados(as) também contribuiriam para maior visibilidade, social e política, do fenômeno da violência contra a mulher, propagando informação e conhecimento, desacomodando as instituições, procurando parcerias profissionais que auxiliem no compromisso de realmente dar respostas à violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. S. (1998). *Femicídio: Algemas invisíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Arendt, H. (1999). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Burman, S. (2003). Stages of change and other treatment models that instigate and sustain leaving. Brief treatment and crisis intervention. *Social Work*, 1(2), 83-97.
- Camini, M. (2000). *A intervenção dos profissionais de Serviço Social frente aos maus-tratos de crianças e adolescentes na família*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Carrasco, L. K. (2003). *A mulher vítima de violência conjugal: Uma perspectiva transgeracional*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Carvalho, T. (2005). *A importância das delegacias de polícia de defesa da mulher*. Disponível em: <http://www.kplus.com.br>.
- CLADEM - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (2004). *Balanço regional e desafios sobre o direito das mulheres à vida livre de violência*. São Paulo: OXFAM.
- Corsi, J. (Org.). (2001). *Violência familiar — una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- Dohmenn, M. L. (2001). Abordaje interdisciplinario del síndrome de la mujer maltratada. Proceso secuencial. In J. Corsi, (Org.). *Violência familiar — una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social* (pp.65-133). Buenos Aires: Paidós.

Dossiê Violência Contra a Mulher, Rede Saúde (2001). Disponível em:
<www.mulheresnegras.org/publ_saud.> Acesso em jun. 2006.

Fundação Perseu Abramo. Pesquisa Nacional 2001, Núcleo de Opinião Pública. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/nop>.>
Acesso em abr. 2006.

Galtung, J. (1985). *Sobre la paz*. Barcelona: Fontamara.

Gauer, G., & Gauer, R.M. (1999). *A fenomenologia da violência*. Curitiba: Juruá.

Governo Brasileiro/casa civil (2006). Lei nº11.106, de 28 de mar. De 2005. Lei n.º 11.340 de 22 de set. de 2006. Disponível em www.planalto.gov.br/casacivil. Acesso em dez. 2006.

Grossi, P. K., & Aginsky, B. G. (2001). Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In P. Grossi, G. Werba. (Orgs.). *Violência e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber* (pp.19-45). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Guimarães, M.R. (2005). *Educação para a paz: Sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: EDUCS.

Herrera, C. & Agoff, C. (2006, Novembro). *Dilemas del personal médico ante la violencia de pareja en México*. Cad. Saúde Pública, 11(22), 2349-2357.

Lerner, G. (1999). *La creación del patriarcado*. Barcelona: Crítica.

ONU. *Objetivos de la ONU para el milenio*. (2005). Naciones Unidas. Disponível em:<<http://www.un.org/sapnish/milenniumgoals>> Acesso em jul. 2006.

Sarasua, B. & Zubizarreta, I. (2000). *Violencia en la pareja*. Málaga: Aljibe.

Strey, M. N. (2004). *Violência de gênero: Uma questão complexa e interminável*. In: M. N.

Strey; M. P. R. Azambuja; F. P. Jaeger (Orgs). *Violência, gênero e políticas públicas*.

Porto Alegre: EDIPUCRS.

Thompson, J. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Rio de Janeiro: Vozes.

Walker, L. (1996). *Abused women survivor therapy: a practical guide for therapist*.

Washington: American Psychological Association.

Werba, G. (2004). *O tudo e o nada - mulheres e representações sociais da violência contra*

a mulher. Tese de doutorado em Psicologia Social. Porto Alegre: PUCRS.

PARTE II - ARTIGO EMPÍRICO

QUE O INJUSTO NÃO ME SEJA INDIFERENTE: A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS NA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Maria Eliza Vernet Machado Wilke

Marlene Neves Strey

Sólo le pido a Dios
que el dolor no me sea indiferente,
que la reseca muerte no me encuentre
vacío y solo sin haber hecho lo suficiente.
Letra e música de León Gieco

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo explorar e descrever como os(as) profissionais que atendem mulheres vítimas de violência conjugal vão interagir com as vítimas, interpretar o que ocorre e como vão responder a essas pessoas. As áreas técnicas privilegiadas nesse estudo qualitativo são a Psicologia, o Serviço Social, a Medicina, a Polícia Civil, a Enfermagem e o Direito, totalizando seis entrevistas. Escolhemos, como técnicas para a coleta e tratamento dos dados, a entrevista narrativa e a análise do discurso e como referenciais teóricos foram utilizados os estudos de gênero. Delineamos quatro aspectos centrais a serem explorados nas narrativas, inicialmente as percepções que os(as) profissionais têm sobre a violência conjugal, como vêem e explicam as dinâmicas que geram a violência de gênero; em segundo lugar, o que mostram as narrativas sobre suas práticas, desde a identificação até a atuação nos casos de atendimento a mulheres em situações de violência; em terceiro lugar as dificuldades para atuar diante desse problema, a caracterização geral dessas práticas, tendo em vista o trabalho institucional e a articulação entre os vários serviços que se configuraram em uma rede, adequada ou não. E, finalmente, a preocupação com a prevenção desse fenômeno, e as responsabilidades que os (as) profissionais e os serviços se atribuíram.

PALAVRAS-CHAVE: violência de gênero, violência conjugal, atendimento profissional e assistência a mulheres vítimas de violência conjugal.

Against indifference toward injustice:

The perspective of the professional on Violence Against Women

ABSTRACT: This article aims at exploring and describing how professionals who assist woman victims of marital violence will interact with them, interpreting their situation, and how they will respond to these women. The main technical focus of this qualitative study is: Psychology, Social Services, Medicine, Civilian Law Enforcement, Nursing and Law, based on a total of six interviews. The techniques chosen for the collection and treatment of data were the narrative interview and speech analysis, and how theory was used in gender study. After the interviews, four central aspects to be explored in the narratives were pointed out. First of all, we looked into the perceptions which professionals have about marital violence, how they see it, and how they explain the dynamics, which generate gender violence. Secondly, what the narratives show about their practices, from the identification to the action in those cases where they need to assist women who were victims of violence. Thirdly, we analyzed the difficulty to act when facing these problems, the general characterization of this practice, having in view institutional work, and the articulations between the several services, which are configured into a net, which may be suitable or not.

Finally, we discuss the concerns related to the prevention of this phenomenon, and, the responsibilities that professionals and services have ascribed to themselves.

KEY-WORDS: Gender violence, marital violence, therapeutic action and assistance related to Violence against Women.

A violência é uma constante na vida de um grande número de pessoas. Para a maioria, estar a salvo significa colocar grades e muros em suas casas, evitar lugares escuros e perigosos à noite. Entretanto, para muitas mulheres não há uma escapatória simples, porque a ameaça e a violência estão dentro de casa, ocultas do mundo.

Investigações realizadas nos últimos vinte e cinco anos permitiram a visibilidade do fenômeno da violência contra a mulher, o aumento da consciência da sociedade e o reconhecimento de que se trata de um problema de saúde pública. Em várias publicações (Campbell, Raja & Grining, 1999; Danis, 2003; Williams, 2004; Aquino, 2006) se obtém a concordância de que a violência contra a mulher se insere na questão da violência de

gênero, que passa a ser entendida como todas as formas de violência que tentam perpetuar um sistema de hierarquia imposto por uma cultura patriarcal.

Em muitas sociedades, inclusive as contemporâneas, o patriarcado aparece como mecanismos de poder que privilegiam e prestigiam os homens, formando assim a idéia que a categoria social homem detém mais poder que a categoria social mulher. A violência integraria a normatização das relações de poder desiguais entre homens e mulheres, constituindo-se em um modo de controle social. Assim, a violência masculina insere-se na sociedade e facilmente naturaliza-se, invisibiliza-se, constituindo-se em outro processo violento, desta vez da sociedade como um todo, que perpetua modelos sociais de dominação e de submissão, legitimando uma cultura de violência (Corsi, et al. 2003; Piñeda, 2003).

A violência contra a mulher mostra-se, na sociedade, em muitas nuances, está presente na discriminação da mulher em vários níveis, político, econômico, laboral; no uso do corpo feminino como objeto de consumo e, é claro, nas várias formas de violência, sexual, psicológica e física que, numa escalada crescente, poderá culminar no homicídio. Quando nos referimos à violência conjugal, estamos considerando uma das formas de violência de gênero que tem como cenário uma relação de casal, com ou sem convivência atual, em que o homem exerce controle e domínio sobre a mulher para conservar ou aumentar seu poder. A violência de gênero pressupõe, na sua definição, uma visão relacional, mas não se pode ignorar a alta incidência e maior gravidade da violência praticada por homens contra mulheres, se compararmos com o seu contrário (Piñeda, 2003).

A violência conjugal pode acontecer de várias formas, segundo Corsi, et al. (2003). A violência psicológica é exercida, principalmente, por meio de agressões

emocionais como o menosprezo, a intimidação e a culpabilização; e através de condutas impostas pelo agressor, como o isolamento, a privação de dinheiro, que restringem a autonomia e a liberdade da mulher. A violência física se refere a qualquer ação que implique em agressões como tapas, socos, pontapés, podendo atingir uma escalada que aumenta o risco de morte. A violência sexual se traduz no estupro e na coerção sexual, que ocorre quando uma mulher consente no sexo não desejado para evitar mais agressões. Com a violência continuada a mulher é, então, levada a um estado de debilidade, de desequilíbrio emocional, e, percebendo-se constantemente ameaçada, tem muita dificuldade em romper o ciclo da violência.

A dificuldade para a compreensão e o reconhecimento da violência contra a mulher tem sido atribuída a vários fatores, mas os principais, segundo Campbell, Raja & Grining (1999), seriam a invisibilização social e a naturalização. A violência por muito tempo era identificada apenas se fosse visível o dano físico e não se colocava nesta categoria o abuso sexual dentro do casamento ou a violência psicológica. Faltavam aos profissionais referenciais conceituais que norteassem seu diagnóstico e conduta frente à violência. A idealização da família impedia a visibilidade da violência e a conscientização de que ali estivessem sendo violados os direitos humanos das mulheres. A naturalização se apoiava no constructo cultural que entendia que a violência contra mulheres e crianças se justificava sempre que o paradigma patriarcal estivesse ameaçado. Os crimes pela defesa da honra são um exemplo de como a sociedade traduzia significados para a violência e não os considerava no contexto das relações de poder inscritas na sociedade.

O maltrato da mulher nas relações conjugais tem sido estudado por vários autores, que identificam uma série de conseqüências, em nível familiar e individual, para a

mulher. Trata-se de um problema de saúde pública, já que estudos apontam o grave problema da delinqüência infantil e juvenil como consequência da violência familiar (Freire, 2003). Crianças fogem dos lares abusivos e vão viver nas ruas, reproduzindo a violência que, naturalizada, passa a ser vista como um meio normal de se relacionar. Para a mulher, reações psicológicas serão sentidas mesmo depois de as feridas físicas terem sido curadas. Em nível cognitivo e afetivo, a mulher terá seqüelas, tais como paralisia, atordoamento, negação do acontecido, culpabilizações, sentimentos de solidão, depressão, vulnerabilidade e vergonha. Os efeitos da violência também podem ser sentidos em alguns sintomas psicossomáticos como cefaléia, transtornos gastrointestinais, palpitações etc. (Dohmenn, 1997; Freire, 2003; Briere & Jordann, 2001).

Para a compreensão de alguns aspectos desse fenômeno social, bem como levantar questionamentos para a reflexão, uma das autoras deste artigo ouviu profissionais que atuam em diversos segmentos e que estão envolvidos na avaliação e/ou assistência às mulheres vítimas de violência conjugal. Delineamos um estudo qualitativo, de cunho exploratório descritivo, com o interesse de explorar como se dá o atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal em algumas áreas técnicas, descrevendo como os (as) profissionais vão interagir com as vítimas, interpretar o que ocorre e como vão responder a essas pessoas. Uma visão da realidade social e cultural a priori, realizada através da literatura, instrumentalizou-nos para apreciar o problema da pesquisa, com uma atenção flexível e flutuante, buscando compreender o fenômeno, em vez de tentar encontrar sua causa ou fazer predições (Chizzotti, 2000).

Os(as) participantes da pesquisa são profissionais que trabalham no seu cotidiano com mulheres vítimas de violência conjugal. As áreas técnicas privilegiadas no estudo

são a Psicologia, o Serviço Social, a Medicina, a Polícia Civil, a Enfermagem e o Direito, totalizando (6) entrevistas. A partir da revisão da literatura, foi possível perceber que todos esses(essas) profissionais citados(as) anteriormente podem ser o(a) primeiro(a) profissional contatado(a) pela vítima por ocasião da quebra do segredo, quando o abuso é revelado (Soares, 1999; Grossi & Aginsky, 2001).

A escolha dos(as) participantes foi feita por conveniência, por meio da indicação de pessoas conhecidas na área, que trabalham prestando assistência rotineira a mulheres vítimas de violência conjugal. Assim, foram feitos contatos com delegacias de polícia, hospitais, postos de saúde.

Uma vez contatados os(as) profissionais que se mostraram interessados em participar da pesquisa, foi esclarecida a proposta do estudo e agendada a entrevista. Nessa ocasião foi apresentado e fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias, assinado pela pesquisadora, e solicitada a assinatura do(a) participante. Foram assegurados o anonimato do(a) participante e que os dados da pesquisa referentes à(o) profissional e à instituição seriam tratados de maneira confidencial. Foi informado que as entrevistas seriam gravadas em áudio para posterior transcrição e análise dos dados. As entrevistas tiveram a duração média de uma hora .

A entrevista narrativa foi a técnica utilizada. O contar histórias segue regras que são conhecidas universalmente. É uma forma de entrevista não estruturada, com influência mínima do entrevistador (Bauer & Gaskel, 2003). Inicialmente a pesquisadora envolveu-se com a preparação da entrevista, com a formulação do tópico inicial central, que foi a seguinte questão:

— Conte-me uma situação de atendimento a uma mulher que foi vítima de violência por parte do marido ou companheiro.

A questão escolhida foi ampla o suficiente para estimular o processo de narração. Todos os(as) entrevistados(as) narraram os acontecimentos com flexibilidade, no seu ritmo, sem serem interrompidos(as) pela pesquisadora que sempre esperava uma clara indicação que o relato tinha sido concluído. Na fase seguinte, a do questionamento, a pesquisadora fazia perguntas a partir do que era trazido na narrativa, procurando inclusive usar uma linguagem próxima daquela utilizada. O objetivo do questionamento era fechar lacunas que tinham sido deixadas na história, esclarecendo pontos que não foram compreendidos ou que ficaram pouco claros. Na última fase, a conclusiva, com o gravador desligado, era o momento em que surgiam comentários descontraídos e algumas impressões que auxiliaram na interpretação da narração.

Escolhemos, como técnica para o tratamento dos dados, a análise do discurso, que procura mostrar o funcionamento dos textos, observando como se articulam com formações ideológicas presentes em determinado contexto. A análise do discurso compreende o indivíduo como sujeito do discurso, que pensa, sente e realiza a sua trajetória de determinada maneira, passando a ser, então, representante de uma realidade sociohistórica e uma referência de seu grupo de iguais (Chizzotti, 2000).

Em um primeiro momento a tarefa foi a de escutar a narrativa de forma aberta, flexível e reproduzi-la, transcrevendo-a com todos os detalhes e considerações possíveis. Teve início, então, a análise do discurso, situando as narrativas num contexto mais amplo, buscando o que elas contavam sobre uma situação social nesse tempo e nesse espaço. Após esta fase, iniciamos a codificação de questões centrais com base no delineamento da pesquisa.

Os pressupostos da abordagem discursiva de Pêcheux desenvolvidos por Gadet & Hak (1993) são coerentes com as proposições feministas dos estudos de gênero. Ambas

compreendem que os problemas sociais estão influenciados pelos contextos sociais e pelos sentidos que os sujeitos atribuem às suas experiências, que estão sempre determinadas em um campo político (Gadet & Hak, 1993; Scott, 1995).

Desta forma, delineamos quatro aspectos centrais que foram identificados nas entrevistas e que contemplavam as questões de pesquisa. São eles, as percepções que os(as) profissionais têm sobre a violência conjugal, como vêm e explicam as dinâmicas que geram a violência de gênero; em segundo lugar, o que mostram as narrativas sobre suas práticas, desde a identificação até a atuação nos casos de atendimento a mulheres em situações de violência; em terceiro lugar as dificuldades para atuar diante desse problema, a caracterização geral dessas práticas, tendo-se em vista o trabalho institucional e a articulação entre os vários serviços que se configuraram em uma rede, adequada ou não. E, finalmente, a preocupação com a prevenção desse fenômeno, e as responsabilidades que os (as) profissionais e os serviços se atribuíram.

Percepções dos(as) Profissionais sobre a Violência Conjugal

Todos os(as) profissionais entrevistados(as) caracterizaram a violência contra a mulher como um problema sério e importante na sociedade. A enfermeira, que trabalha com a problemática há apenas um ano, mostrou-se surpreendida com as proporções alcançadas por esse tipo de violência, assinalando que é uma realidade muito mais freqüente do que ela pensava. A advogada e o médico entrevistados reconheceram e se referiram à questão da violência contra a mulher como existente nas diferentes classes sociais. Mas a advogada salientou o quanto o problema é maior nas classes sociais menos privilegiadas e atribuiu o fato às condições econômicas precárias das famílias e a uma maior incidência de problemas de alcoolismo e drogadição.

Nessa narrativa é importante salientar que o uso de álcool e drogas é um dos mitos que cercam a violência doméstica; a literatura descreve o uso como um fator de vulnerabilidade, mas não como causa da violência. Existem muitos homens que são violentos sem fazer uso de drogas, assim como muitos as usam e não são violentos (Corsi et al., 2003).

O médico referiu que, na classe média, e inclusive na classe alta, esta problemática é mais invisível, porque adota outras formas, principalmente a violência psicológica.

No consultório eu observo que as mulheres não se dão conta do quanto estão preocupadas com a opinião do marido, fazem plásticas sem parar, contam do quanto são vítimas de apelidos pejorativos por parte deles (médico).

O fenômeno da violência é um fenômeno democrático, que não escolhe classe econômica ou nível cultural, é uma outra crença popular achar que as pessoas educadas e cultas não são violentas (Saffiotti, 2001). O médico, na sua verbalização, mostra estar atento à violência psicológica, percebendo, nos apelidos pejorativos, uma das formas de hostilidade e agressão. O profissional refere na expressão "fazem plásticas sem parar" o desejo que as mulheres têm de adequar-se a um padrão de beleza determinado pela sociedade. Como diz Scott (2002) em *A cidadã paradoxal*, a mulher, na história, esteve às voltas com pequenos ou grandes dilemas, como por exemplo o de se submeter consciente ou não, aos mandatos culturais da feminilidade, que assinalam que a identidade tradicional das mulheres é construída no ser/fazer para os outros. Na narrativa citada, o médico percebe nas suas clientes uma desvalorização de si mesmas, sujeitando seus corpos ao pedido do companheiro, sem muitas vezes, refletir sobre o seu desejo.

A psicóloga entrevistada trabalha com mulheres vítimas de violência conjugal há um ano e meio e vem se dedicando a estudar o fenômeno e a capacitar-se por conta própria. Ela vê o problema como uma questão social, muito complexa e de múltiplas dimensões, envolvendo uma diversidade de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que definem e redefinem os papéis de homens e mulheres na família e na sociedade. Percepção semelhante observamos no inspetor de polícia, que trabalha em uma delegacia. Ele fez sua formação em Psicologia após entrar para a polícia. Assinalou na entrevista que a violência contra a mulher é uma questão histórica, presente e enraizada na sociedade. Identifica a cultura patriarcal, que define que homens são superiores às mulheres e que a família e a esposa são suas propriedades.

Propriedade dele, como uma coisa e que está a serviço dele, se o arroz não está como ele quer, ele se acha no direito de chegar esmurrando (inspetor de polícia).

O mesmo também refere que é no verão que as denúncias aumentam. Atribui o fato ao maior consumo de bebidas alcólicas e aos hábitos ligados à estação. O desemprego e as dificuldades financeiras graves também fariam parte dos fatores que ajudam a violência conjugal a se intensificar.

A enfermeira e a psicóloga chamaram a atenção para o papel da educação e as formas da criação diferenciadas para meninos e meninas na família e na escola. Identificaram estereótipos de gênero que naturalizam e reforçam papéis diferentes para homens e mulheres na sociedade.

Todos os(as) entrevistados(as) se referiram às questões socioeconômicas como fatores diretamente relacionados à violência doméstica, lembrando de situações como o desemprego, os problemas financeiros, que produzem sérias limitações na satisfação de necessidades básicas da família, tornando-as vulneráveis.

A maioria dos(as) profissionais demonstraram atualização nos estudos de gênero e parecem estar informados da multicausalidade ligada à violência contra a mulher. Também se observa que os homens e as mulheres entrevistadas percebem de forma semelhante as dinâmicas que geram a violência de gênero. Portanto, podemos inferir que a informação, a capacitação e o fato de os(as) profissionais terem escolhido lidar com a problemática diminuiria os preconceitos. Para Campbell, Raja & Grining (1999), o desconhecimento de muitos(as) profissionais, envolvidos(as) com o atendimento a mulheres vítimas de violência conjugal, a respeito da violência de gênero como sendo proveniente de uma cultura patriarcal dentro da sociedade é responsável pela revitimização, que ocorre quando culpamos a vítima e a questionamos do por quê continua em uma relação abusiva. Pode-se perceber, pelas narrativas do médico, da enfermeira e da psicóloga, conhecimentos provenientes de seminários e congressos que foram citados por esses(essas) entrevistadas(os). Entretanto, na próxima verbalização, percebemos um marco conceitual de uma cultura patriarcal.

Se o marido está desempregado e não tem condições de sustentar os filhos, cria estresse, tensão. Aí o marido vai beber uma cerveja com os amigos, chega em casa e bate na mulher. Se ele estivesse bem empregado, a mulher ficaria com os filhos, não haveria tanto caos (assistente social).

Nessa fala observa-se a idéia de que o homem tem uma tendência ao descontrole, que seria evitado com melhores condições sociais. Identifica-se, também, no discurso da assistente social, um marco conceitual tradicional, dentro de uma cultura patriarcal, que define o papel da mãe como o de cuidadora dos filhos, enquanto o papel do pai é o de trabalhar e sustentar o lar. Segundo este marco conceitual, a partir da ideologia que busca

naturalizar situações de poder assimétricas, a profissional identifica uma solução simplista para o término da violência conjugal.

A advogada e a psicóloga apontaram que a violência é vivenciada por muitas mulheres desde sua infância e passam a perceber o castigo físico como uma forma de relacionamento. Dessa maneira, a violência é naturalizada, e as mulheres teriam dificuldades para questionar essa realidade vista como uma das formas normais de constituir as relações entre homens e mulheres. Nesse aspecto, o das condutas violentas serem aprendidas a partir de modelos familiares e sociais, que consideram que a violência é um recurso eficaz para resolver conflitos, há concordância de alguns autores, como Teubal et al. (2001). Entretanto é importante ter-se em conta a aprendizagem social da violência por meio das agressões nas escolas, nos esportes e nos meios de comunicação, que também são salientados na literatura especializada como perpetuadores de uma cultura de violência (Campbell, Raja & Grining, 1999; Williams, 2004).

Todos os(as) profissionais se referiram aos empecilhos que as mulheres têm para romper o relacionamento, como as dificuldades emocionais e financeiras. Assim, elas não se sentem preparadas para terem uma vida longe dos companheiros. Na próxima narrativa, o médico refere a dificuldade financeira como um dos principais empecilhos para a mulher romper a relação abusiva:

Você vê, hoje em dia é tão difícil a pessoa arrumar emprego, uma mulher com três ou cinco filhos. Quem dará emprego? (médico).

Podemos identificar na narrativa acima um desconhecimento da abrangência das seqüelas da violência conjugal. Mas, algumas profissionais, a enfermeira, a psicóloga e a advogada, identificaram outras razões mais complexas, que impedem o rompimento com

o parceiro, dentre elas a dificuldade das mulheres de analisarem sua situação e gerarem alternativas. O maltrato às mulheres, mantidas nesta situação durante muito tempo, traz seqüelas em nível comportamental, cognitivo e afetivo. As distorções cognitivas podem ocasionar a minimização do risco, a negação do que está ocorrendo, a dificuldade em analisar a situação, em planejar estratégias de enfrentamento do problema e em vislumbrar futuro para si mesmas longe da relação abusiva.

Eu vejo que quando a mulher vem com traumatismos físicos graves, outras agressões aconteceram antes e ela não se deu conta, foi ficando, se ela tivesse deixado ele, estaria a salvo (enfermeira).

Um dos mitos que cerca a violência doméstica, e que trouxe grandes prejuízos para as mulheres, foi a crença de muitos(as) profissionais, segundo Corsi et al. (2003), de que a permanência na relação abusiva era mantida pelas mulheres porque haveria provocação e satisfação nessa situação. Entretanto, a análise do contexto mais amplo permite identificar a multicausalidade da dificuldade do rompimento com o agressor. A falta de meios suficientes para o sustento econômico de si mesma e dos filhos, a vergonha, o medo, o isolamento, a crença de que os filhos devem crescer em uma família constituída de pai e mãe, a ignorância sobre seus direitos são alguns dos motivos pelos quais é tão difícil para as mulheres romperem com a relação conjugal violenta.

Os(as) profissionais entrevistados(as) parecem identificar algumas causas que dificultam para as mulheres a solução para a relação abusiva. Mas na verbalização da enfermeira, percebemos uma crença errônea, segundo Corsi et al. (2003) a de que a mulher estaria a salvo das agressões se deixasse o companheiro. Pesquisas apontam o aumento das ameaças, das agressões e do risco de morte quando isso ocorre. Na Espanha, 98% das mulheres assassinadas por violência doméstica o foram depois de denunciar

seus maridos ou de iniciar trâmites jurídicos de separação (Varela, 2006). Essa informação instrumentaliza os(as) profissionais para o cuidado de pesar o risco de morte das mulheres e providenciarem, junto com a vítima, a proteção para ela e para os filhos.

Prática dos(as) Profissionais

A partir do relato do médico, percebe-se que, ao desconfiar de algumas circunstâncias, ele coloca a violência contra a mulher como possível diagnóstico. A análise da evidência clínica, principalmente pela presença de lesões físicas, como hematomas no rosto, pela presença de algum tipo de lesão no corpo e por queixas relacionadas à saúde reprodutiva e sexual, determina a conduta para estabelecer um diálogo.

Muitas vezes as senhoras chegam com hematomas nas pernas, lacerações claras de violência, eu então pergunto, e geralmente elas falam, confirmam a violência. Ou não, contam algumas desculpas, que caíram, nestes casos não vai ser na primeira consulta que vão confiar para contar (médico).

A percepção de que é difícil para a mulher contar sobre as agressões é manifestada pelo médico, que compreende que o vínculo deve ser construído ao longo das consultas com uma escuta solidária e respeitosa. A importância da pergunta que questiona o segredo é salientada, e um diálogo poderá ter início. Na pesquisa realizada por Danis (2003) os(as) profissionais de saúde entrevistados(as) referiram ser muito difícil para as mulheres revelarem o maltrato, atribuem o fato ao sentimento de vergonha, incredulidade e ao desejo de manterem a relação com o companheiro. A autora acrescenta que o profissional treinado poderá auxiliar a mulher a revelar o segredo se mantiver uma escuta respeitosa e perguntar sobre a violência, sem emitir julgamento ou culpabilizá-la por manter-se na relação abusiva.

Segundo os(as) demais entrevistados(as) as mulheres chegam em um momento de crise aguda e contam, geralmente em detalhes, a violência, levadas pela ansiedade, raiva e desespero.

E elas dizem: 'Olha, eu vim saber os meus direitos, porque se eu voltar ele pode me matar, disse que vou ficar sem casa, sem filhos, nem nada'. Eu então dou todas as orientações, tiro dúvidas e encaminho-as para a defensoria pública (advogada).

Nessa narrativa a advogada nos mostra a sua preocupação em informar e encaminhar. O encaminhamento sucessivo, sem acompanhamento, deixa a mulher novamente entregue à própria sorte. Williams (2004) salienta a importância do trabalho dos advogados(as) na prevenção e nas diligências que poderiam dar fim ao maltrato das mulheres. A autora refere que algo mais precisa ser feito além dos encaminhamentos à defensoria pública, o(a) advogado(a) precisa se comprometer em informar sobre os direitos das mulheres, acompanhar as várias instâncias do processo, de forma a diminuir o isolamento e a solidão de suas clientes. Mas o que ocorre, pela narrativa da advogada por nós entrevistada, é o encaminhamento que fará com que a mulher perambule pela cidade, entre em filas de agendamentos nos fóruns e não raro desista da queixa.

O isolamento das mulheres é percebido pela psicóloga e pela enfermeira que ao conversarem com as mulheres, perguntam sobre a rede familiar e então percebem que elas estão, muitas vezes, isoladas, sozinhas e não têm para onde ir. As profissionais identificaram que faz parte da situação da violência esse isolamento que o companheiro impõe. O acolhimento dado às mulheres é reconhecido por elas como fundamental para que a ajuda tenha início.

Esse enfoque no bom acolhimento também é salientado pelo inspetor de polícia. Refere que a equipe é treinada para, nos plantões, não julgar os delitos e os fatos, com a

compreensão de que muitas mulheres dependem economicamente do companheiro e temem se aventurar em um futuro incerto; em função disto, algumas acabam vindo à delegacia retirar a queixa. Como a Lei Maria da Penha não havia ainda entrado em vigor, a informação dada era a de que a retirada da queixa enfraqueceria um novo inquérito, se houvesse. Atualmente a nova lei faculta a criação de juizados especializados em violência doméstica e dá à queixa da mulher a seriedade de uma queixa-crime.

No que diz respeito à psicóloga e à enfermeira, ambas relataram que suas atuações priorizam a questão da auto-estima da mulher. Os atendimentos são sempre individuais, e existe um projeto para que no futuro se implante um programa de trabalho e renda em uma das instituições e na outra, sejam desenvolvidos atendimentos em grupo. As duas profissionais estavam cientes da mudança na legislação, que entraria em vigor em 22/09/2006, com a Lei Maria da Penha. Reconheciam que poderá haver maior conscientização da importância da denúncia por parte das mulheres, diminuindo a invisibilidade da violência e a impunidade do agressor (Governo Brasileiro/casa civil (2006).

É necessário aumentar a informação para que as mulheres possam tomar decisões que lhes permitam enfrentar a violência doméstica. Eu converso, faço os curativos, conto alguns casos que deram certo, conto dos setores que existem na rede pública e dou uma das cartilhas que o Centro de Referência Às Vítimas de Violência (CRVV)¹ deixou aqui (enfermeira).

¹ Centro de Referência às vítimas de Violência: é um serviço do Município de Porto Alegre em parceria com o Gov. Federal. Criado para prestar informações e orientações às vítimas de violações de direitos, abusos de autoridade, exploração sexual e qualquer tipo de discriminação.

A assistente social orienta as mulheres, após conversar longamente com elas, a procurar a delegacia de mulheres ou as varas da família a fim de terem esclarecidos seus direitos. Assim, em alguns casos, a avaliação da condição de risco de vida para a mulher é um dos desafios mais difíceis do trabalho, segundo ela. Isto implica avaliar o grau de segurança que a mulher possui para permanecer ou não com o agressor. Como consequência desta avaliação, pode ser necessário intervir, mobilizando o abrigo que acolherá a mulher e seus filhos.

É importante salientar algumas contradições quanto às percepções e às práticas dos(as) profissionais entrevistados(as). Se por um lado, há o conhecimento dos estudos de gênero, o interesse pelo tema, por outro lado, as práticas ainda se encontram perpetuando modelos teóricos tradicionais com atendimentos individuais e uma escuta particularizada dentro do limite de cada especialidade, fragmentando o discurso da vítima que deverá ser contado e recontado. Essa observação é coerente com as reflexões realizadas por Teubal et al. (2001), que identifica que a produção teórica e as diferentes vozes de mudança da sociedade vão interagindo, lentamente, para que com o tempo outras normas e leis possam moldar novas formas de articulação entre a sociedade, o Estado e as políticas públicas.

As Dificuldades Encontradas pelos(as) Profissionais

A maioria dos(as) entrevistados(as) considerou que a principal dificuldade para a atuação diante da violência doméstica é a complexidade de avaliar o risco de vida que as mulheres correm ao voltar para os companheiros. Ao retirarem a queixa na delegacia, ou ao saírem do abrigo, retornam dias ou meses depois para a mesma situação, é o que nos informa a narrativa a seguir:

Ela já viveu em um ambiente violento, já viu a mãe dela apanhar do pai, agora ela apanha do companheiro, é assim que ela aprendeu, é o modelo que ela conhece e acaba reproduzindo. Sai de casa, mas volta. Fico pensando nos filhos, que também reproduzirão, ou não, se pudermos fazer algo para ajudar, e se ela vai conseguir receber ajuda, se vai haver tempo ou não... (assistente social).

Alguns profissionais, o médico e a advogada, se referiram à importância da comunicação entre os setores de atendimento para minimizar a solidão do profissional que muitas vezes se vê envolvido com dramas humanos sérios. O médico também observa, que a demanda sempre tão grande não propicia o acompanhamento dos casos como seria o ideal. A formação de equipes de trabalho inter-relacionadas que possam atuar de forma integral perante a violência doméstica é apontada como uma necessidade por todos(as) os(as) profissionais entrevistados(as), como percebemos a seguir:

Todos aqui trabalham com uma demanda grande. Se a gente tivesse tempo de se dedicar mais, até poderíamos fazer um grupo de estudos, poderíamos nos reunir para fazer alguma coisa (enfermeira).

Outra dificuldade apontada por duas entrevistadas e um entrevistado, o inspetor de polícia, a psicóloga e a advogada, refere-se ao fato de que é muito difícil lidar com a problemática da violência contra a mulher; sentem que a capacitação profissional e a experiência necessária surgem com o tempo. Mesmo assim, o acompanhamento psicológico para os(as) profissionais seria importante para abordar as questões que surgem, as decepções e frustrações tão frequentes.

As reuniões que acontecem aqui, com a equipe são feitas com o supervisor de plantões. A nossa idéia é de que a gente possa fazer um atendimento sério às vítimas, com isenção das nossas coisas, sem fazer o julgamento do que está sendo dito. Nessas

reuniões, a gente pode recontar algum caso, compreender melhor o que aconteceu, e muitas vezes é um momento em que a gente chora, em alguns outros momentos ri, e é o momento em que a equipe tenta também se ajudar, porque o trabalho para nós é muito estressante, a gente fica com uma sensação muito grande de impotência (inspetor de polícia).

Todas as narrativas citadas acima se referem à sobrecarga de trabalho e à especificidade de se trabalhar com a violência, o que gera um estresse alto para todos(as) os(as) profissionais. Percebe-se, em maior ou menor grau, o sofrimento psíquico que caracteriza o estresse pós-traumático, aqui compreendido como a revivência pelos(as) profissionais dos momentos em que se sentiram ameaçados ou que viveram situações de violência. Dentre os recursos e estratégias que preveniriam o estresse pós-traumático estariam a percepção de ser competente no trabalho, de estar inserido(a) num projeto profissional, dentro de uma rede de apoio institucional; e o enfrentamento e a resolução de seus próprios traumas (Holly Bell, 2003). Na narrativa a seguir observamos que a assistente social percebe-se isolada no seu trabalho, sem apoio institucional.

Eu acho que falta orientação, diretrizes para os(as) profissionais identificarem qual é o melhor caminho; muitas vezes é a frustração que faz a gente ficar desanimada e pensar: 'de novo aquela mulher'; dá um desânimo (assistente social).

O atendimento à violência conjugal coloca os(as) profissionais frente a uma gama de outros problemas complexos como desemprego, alcoolismo, drogas, situações sobre as quais os(as) profissionais intervêm encaminhando para outros setores da rede pública e muitas vezes não ficam sabendo da evolução do caso. Verificou-se que todos(as) os(as) profissionais possuíam um conhecimento claro da rede de assistência a mulheres vítimas

de violência no município de Porto Alegre, com nomes e endereços das instituições em apostilas ou material impresso, que foram mostrados à pesquisadora.

Nós sempre encaminhamos para algum dos órgãos, de assistência ou de atendimento jurídico, mas não pedimos retorno. Em alguma situações que acontecem de as vítimas voltarem aqui, reclamando de algum desses serviços que a gente encaminhou, a gente faz contato por telefone, verifica o que houve, tentamos falar a mesma linguagem, e aí fazemos novo encaminhamento ou esclarecimento de algum problema que tenha acontecido, de falta de comunicação, ou algum desequilíbrio, porque as pessoas chegam muito ansiosas, muito nervosas e às vezes não compreendem o que lhes é dito (inspetor de polícia).

Observa-se na verbalização do inspetor de polícia que o contato entre as instituições é realizado em situações especiais, quando ocorrem problemas de comunicação ou falhas nos encaminhamentos. Entretanto essa conduta prejudica os próprios profissionais que deixam de ter um feed-back do seu trabalho, inclusive dos casos em que o encaminhamento resultou em uma adequada atenção à mulher.

Outra dificuldade identificada pelos(as) profissionais é a de propiciar uma intervenção mais efetiva diante da violência doméstica, pela complexidade de fatores que geram esse tipo de violência. Para os(as) profissionais, a preocupação é a de oferecer algum nível de proteção à integridade da mulher vítima de violência conjugal, a fim de evitar que se produzam maiores agravos ao seu estado físico e emocional.

No depoimento a seguir, a assistente social expressa sua angústia diante de uma situação grave, na qual uma mulher a procurou para saber o que poderia fazer.

Ela confiou em mim e, conversando, ela foi se dando conta dos seus direitos; mostrei uma cartilha sobre a violência contra a mulher, e ela foi questionando, contando

mais e depois foi percebendo que a violência não pararia, que ela tinha que ir para um abrigo, mas eu não consegui vaga, ela era de uma cidade da grande Porto Alegre, teve que ficar em um albergue noturno. Ficou com os filhos, só pernoitando, e durante o dia perambulava com três crianças pequenas, eu não tinha para onde encaminhá-la (assistente social).

A assistente social emociona-se nessa fase da entrevista, demonstrando seu sofrimento por também sentir-se impotente frente à ineficácia da rede e à inexistência de abrigos nos municípios vizinhos de Porto Alegre. A solidão da profissional fica evidente, e o choro se mescla de tristeza e raiva por não ver alternativas para a sua atuação.

Nos depoimentos seguintes, observamos como os(as) profissionais sentem-se impotentes e sobrecarregados(as) para atuar diante desse problema. Por outro lado, os(as) profissionais disseram que pouco se contribui, para ajudar nas decisões das mulheres, sem um trabalho de grupo, de reflexão. Segundo a visão desses(as) profissionais, o nível de comprometimento e a responsabilidade deles e de seus colegas é grande, e a identificação da violência conjugal e seu tratamento também necessitam de maior investimentos do setor público, de mais pessoal e estruturas que dêem conta da demanda.

Eu acho que a gente tem que ter nossa responsabilidade de profissional, mas, quando vejo, estou sozinha neste setor, muitas vezes sem almoçar; o regime de plantão pode significar que a colega não está e vou fazer hora extra; temos observado muitas faltas por atestados médicos (assistente social).

O pouco investimento financeiro é percebido nas estruturas físicas, com salas e prédios malconservados, no número reduzido de funcionários, com achatamento de salários, o que demonstra o despreparo do setor público para enfrentar a violência contra a

mulher. Esses fatores também geram estresse para os (as) profissionais que não se sentem valorizados e reconhecidos nos seus esforços.

Prevenção à Violência Conjugal

Segundo a psicóloga, a assistente social e o inspetor de polícia, os serviços a que elas e ele pertencem estão desenvolvendo ações de educação em vários locais como escolas, comunidades, clubes, onde diferentes palestras de conscientização sobre a violência e direitos das mulheres estão acontecendo, visando sensibilizar as pessoas sobre esse tipo de fenômeno. Refletir sobre os direitos de homens e mulheres, questionar a condição da mulher e seu papel na sociedade, promover atitudes de respeito e tolerância na família passam a fazer parte da agenda dessas instituições. Essas ações têm incontestável importância e fazem parte das recomendações para prevenir e erradicar a violência contra a mulher deliberadas pela Convenção de Belém do Pará de 1994 (CLADEM, 2004).

Educar é uma maneira de mudar a forma das pessoas pensarem as suas vidas, é uma mudança de paradigma. Educar para conhecer os seus direitos, informar e trazer a reflexão para dentro da vida das pessoas (advogada).

Para a psicóloga, também é muito importante levar informação para as pessoas, de que elas têm direitos adquiridos, de que elas podem, sim, reivindicar alguma coisa, de que elas podem lutar por uma tentativa de colocar o agressor na cadeia, podem buscar um emprego, não precisam ficar em casa cuidando somente dos filhos, no papel tradicional de mulher. A enfermeira, a advogada e o médico citaram a importância da cartilha desenvolvida pelo CRVV e distribuída em toda a rede de assistência. Referiram que o material auxiliou no acolhimento e no esclarecimento dos direitos das mulheres.

Dentre as ações que os(as) profissionais e as instituições podem efetuar perante as mulheres que procuram atendimento estão, segundo Teubal et al. (2001), esclarecer os seus direitos e incrementar formas de dar visibilidade ao problema da violência conjugal. O material impresso, as cartilhas citadas são uma das formas de fazer com que a informação chegue até a comunidade e aponte quais medidas seriam eficazes para o enfrentamento da situação. Entretanto, é importante que o material impresso não seja apenas mais uma forma de deixar as mulheres a mercê da própria sorte com um folheto na mão.

Os(as) profissionais citaram a necessidade de que sejam formados, nos serviços de atendimento à violência e nos centros de saúde, grupos de reflexão para mulheres e outros para os homens agressores, e ainda grupos com os(as) profissionais que atendem essa problemática. Também consideraram que os serviços devem efetuar o acompanhamento do casal ou da mulher, depois da saída do abrigo, a fim de propiciar mudanças mais estáveis na família.

É necessário, segundo o inspetor de polícia, auxiliar na modificação da imagem que a polícia tem na comunidade, como aquela que não faz nada, ou que não se envolve. Ele também refere o quanto o trabalho da polícia pode ser preventivo de outros agravos sociais, quando se toma medidas de conscientização e quando se alerta a rede social ou de trabalho que o agressor faz parte. Caso o acusado trabalhe em órgãos da Prefeitura ou do Ministério Público, seja funcionário público estadual ou municipal, é remetido um ofício dando conhecimento do ocorrido para a Assistência Social do órgão correspondente. A importância dessa atitude, segundo o inspetor de polícia, deve-se ao fato de que, se o funcionário estiver embriagado, desequilibrado, é necessário conscientizar a rede de trabalho para evitar acidentes na atividade profissional. No caso

dos acusados terem filhos menores, que estão sendo vítimas ou presenciando as agressões, então também ocorre a notificação aos conselhos tutelares da criança e do adolescente.

De acordo com a narrativa do inspetor de polícia ele atribui à sua atividade profissional a responsabilidade de prevenir a violência ao desvelar segredos dos agressores, ao tornar visíveis vulnerabilidades, como por exemplo, o risco de acidentes no trabalho, envolvendo o uso abusivo do álcool. Para a enfermeira e para a assistente social a implantação de grupos de reflexão com homens agressores é uma necessidade. Elas acreditam que orientando, mostrando como a comunicação pode ir se modificando sem a violência, eles, ao se depararem com uma situação nova em que sintam o seu poder ameaçado, vão poder parar e pensar e vão agir de outra forma.

Eu acho que os serviços deveriam estar articulados com outros serviços. Nós teríamos que trabalhar com a psicologia, com o serviço social de forma a sentar e discutir os casos. O serviço médico sozinho pode fazer o que eu consigo, detecto, tento orientar, mas é só (médico).

Todos os(as) profissionais, de maneira semelhante, consideraram a necessidade de uma equipe multidisciplinar, que envolva a psicologia, medicina, enfermagem, serviço social, presente nos quadros de todos os serviços, capacitada para responder adequadamente às dimensões envolvidas nesse problema e favorecer uma abordagem coordenada, principalmente, com o poder judiciário, aplacando o sentimento de solidão e impedindo que a mulher conte e reconte a sua história muitas vezes.

Entretanto, a falta de articulação entre as instituições é um fato relatado por todos(as) os(as) profissionais. Reconhecemos que isto diminui a eficiência dos serviços,

portanto, iniciativas que unam as instituições e que possibilitem um diálogo entre elas é fundamental para a eficácia do atendimento.

A maior parte dos(as) profissionais não relatou o uso de protocolos de atenção para casos de violência doméstica, nos hospitais e postos de saúde, que mantêm serviços de emergência. Tais protocolos foram instituídos em lei a partir de 2001, com a exigência da notificação compulsória sempre que o profissional de saúde constatar a violência contra a mulher. Essa padronização no atendimento possibilitaria maior visibilidade do problema da violência, através de estatísticas com a caracterização do caso e qual o atendimento oferecido. Entretanto a falta de treinamento dos profissionais para o uso da norma, de articulação na equipe interdisciplinar que se responsabilize conjuntamente por todos os casos de violência, são segundo Herrera e Agoff (2006) fatores que impedem a normatização de protocolos dessa natureza.

Acreditamos ser necessário que se aborde a violência contra as mulheres na prática profissional, integrando-a com temas como gênero e direitos humanos. Se conseguirmos imaginar uma articulação intersetorial de serviços, Delegacias, Hospitais, Instituto Médico Legal, Postos de Saúde, podemos concretizar uma atenção integral para as mulheres e para os homens agressores, evitando-se a revitimização.

A humanização do atendimento facilitaria o empoderamento das mulheres, mas para isso é preciso o empoderamento dos serviços, assumindo de forma mais consciente o seu papel, gerindo e aumentando espaços de decisão. A ousadia aqui seria a de não pensar como sujeito profissional representativo de seu grupo de iguais, não pensar do seu lugar, mas desacomodar-se, pensar o novo, ousar fazer, sentir, ver, compreender por novos ângulos. Reconhecer a injustiça/violência em toda a sua dimensão e não deixar a

indiferença/naturalização, mascarar a gravidade da realidade, é fundamental para o efetivo agir profissional.

REFERÊNCIAS

- Aquino, E. (2006). Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, 40, 121-32.
- Bauer, M. & Gaskell, G. (2003). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Bell, H. (2003, October). Strengths and secondary trauma in family violence work. *Social Work*, 48 (4), 513-521.
- Briere, J. & Jordann, C. (2001, November). Violence against women: Outcome complexity and Implications for Assessment and Treatment. *Journal of Interpersonal Violence*, 11 (19), 1252-1276.
- Campbell, R.; Raja & Grining. (1999, October). Training Mental Health Professionals on Violence Against Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 10 (14), 1003-1013.
- Chizzotti, A. (2000). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- CLADEM - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (2004). *Balanço regional e desafios sobre o direito das mulheres à vida livre de violência*. São Paulo: OXFAM.
- Corsi, J. et al. (2003). *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico: Fundamentos teóricos para el estudio de la violencia en las relaciones familiares*. Buenos Aires: Paidós.

- Danis, Fran. (2003, Summer). Social Work Response to Domestic Violence Encouraging News From a New Look. *AFFILIA*, 2 (18), 177-191.
- Dohmenn, M.L. (1997). Abordaje interdisciplinario del síndrome de la mujer maltratada. Proceso secuencial. In J. Corsi (Org.). *Violência familiar — una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social* (pp. 65-133). Buenos Aires: Paidóz.
- Freire, A .G. (2003). La vida en la existencia de una mujer maltratada. In A.G Mina, & M. J. Galan (Orgs.). *Violencia y género* (pp.37-52). Madrid: Comillas.
- Gadet, F. & Hak, T. (Orgs.). (1993). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp.
- Governo Brasileiro/casa civil (2006). Lei nº11.106, de 28 de mar. De 2005. Lei n.º 11.340 de 22 de set. de 2006. Disponível em www.planalto.gov.br/casacivil. Acesso em dez. 2006.
- Grossi, P.K.; & Aginsky, B.G. (2001). Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In P. Grossi & G. Werba. (Orgs.). *Violência e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp.19-45). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Herrera, C. & Agoff, C. (2006, Noviembre). Dilemas del personal médico ante la violencia de pareja en México, *Cad. Saúde Pública*, 11 (22), 2349-2357.
- Piñeda, E. (2003). Algunas reflexiones acerca de la violencia machista. In A. G. Mina; M. J. Galán (Orgs.). *Violencia y género* (pp. 11-19). Madrid: Comillas.
- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagú*, 16, 115-136.

- Scott, J. (1995, Julho-Dezembro) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 2(20), 71-99.
- Scott, J. (2002). *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres.
- Soares, B. M. (1999). *Mulheres invisíveis: Violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Teubal, R. et al. (2001) *Violencia familiar, trabajo social e instituciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Varela, C. I. (2006). Qué significa estar "seguro"? De delitos, miedos e inseguridades entre los adultos mayores. *Revista Cuadernos de Antropología*, Buenos Aires: 22, 153-171.
- Williams, L. (2004, November). Researcher-Advocate Collaborations to End Violence Against Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 11 (19), 1337-1350.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

O fato, meu amigo, é que a realidade sempre vai além de nós: ou, em outras palavras, ela sempre nos encontra pontualmente despreparados.

Mario Pomilio, *O quinto evangelho*

Este estudo nos possibilitou uma vivência pessoal e profissional muito importante, qual seja, conhecer alguns aspectos do atendimento profissional a mulheres vítimas de violência conjugal, reconhecer que muito se avançou em termos de legislação, de visibilidade do problema, mas, também, que muito se tem ainda por fazer. Essa é uma realidade que nos afeta enquanto psicólogas, enquanto mulheres, e, portanto, precisamos ter consciência de que o fenômeno da violência de gênero é muito complexo, "é uma realidade que vai além de nós", da nossa época, da nossa geração e "que nos encontra pontualmente despreparados(as)". Mas, se conseguirmos mudar o nosso pensamento pueril e ingênuo, que aceita um papel de vítima e de submissão, poderemos arregaçar as nossas mangas e trabalhar para dar respostas mais efetivas à violência contra a mulher.

A pesquisa realizada nos colocou em contato com profissionais que estão lendo, estão interessados em se especializar, estão participando de congressos que abordam os estudos de gênero, e nos deu a certeza de que se começa a dar maior atenção e a mostrar formas novas de se pensar a violência contra a mulher. Entretanto, o agir profissional, o trabalho em rede, respostas interdisciplinares articuladas estão longe de serem as ideais.

Nesse aspecto, pode-se dizer que as mulheres atendidas ainda estão contando os seus dramas para profissionais demais, indo a instituições demais, palmilhando demais a cidade.

Da mesma forma, também o preparo técnico ainda não é o mais indicado, faltam normas de um agir profissional padronizado, que forneçam orientação para o enfrentamento da violência, forneçam subsídios, a partir de estatísticas que nos mostrem as dimensões do problema ao longo das épocas, e nos indiquem quais as intervenções que estão sendo mais eficazes. São necessárias intervenções profissionais diferentes, que apontem alternativas de ruptura com o ciclo da violência. Podemos pensar em grupos reflexivos com homens agressores a serem encaminhados pelos juizes(as); em grupos de reflexão para mulheres em situação de violência; programas que tenham como foco o trabalho e renda, ou, ainda, terapia familiar visando beneficiar também as crianças que presenciam as agressões. Todas essas atividades articuladas, realizando um diálogo de ajuda para as mulheres e os homens em situação de violência, e não esquecendo que, dessa forma, também o profissional teria aplacado o sentimento de solidão, percebido na pesquisa, sabendo que participa de um projeto de intervenção profissional de qualidade e se sentiria valorizado por isto.

Percebemos que a legislação brasileira tem se atualizado graças à incansável militância dos movimentos sociais e das mulheres presentes nas mais diversas esferas políticas e sociais, fazendo com que os seus gritos de indignação sejam ouvidos. No entanto, sabemos que o nosso país é rico em leis e em impunidade, e, portanto, que o cumprimento dessas leis deve ser fiscalizado por todos. E que, se a lei está voltada para coibir a violência através de mecanismos de punição, aspectos fundamentais, isso não é o suficiente. Dentre as resoluções divulgadas nas Convenções de Viena, em 1993, e em Belém do Pará, em 1994, estão medidas que visam à prevenção da violência através de medidas educativas, a serem realizadas nos mais diferentes locais, como escolas e

associações, e que se dirija o foco da atenção também para a mídia, a fim de que seja coibida a divulgação de estereótipos de gênero através dos meios de comunicação.

Os estudos para a paz têm uma importante contribuição nesse tema, tendo em vista que iniciativas diplomáticas, de diálogo e resolução de conflitos, têm sido estudadas com rigor acadêmico nas universidades, que tentam instrumentalizar professores e técnicos para atuarem como negociadores treinados em conflitos, restabelecendo o diálogo e gerando alternativas aos conflitos violentos.

Após o término deste trabalho já estamos articulando novos desafios — a vida é assim. Para que a realidade não nos pegue pontualmente tão despreparados, é necessário reagir com indignação, mas sem se omitir. No decorrer dos contatos com profissionais e instituições, fomos construindo uma rede de relacionamento, solidarizando-nos com os(as) profissionais e articulando possíveis interferências da Universidade nessas instituições. Estamos em fase de idealização de um projeto, no grupo de pesquisa da Profa. Dra. Marlene Neves Strey, com o objetivo de implantar um trabalho de atendimento para os profissionais que atendem mulheres em um abrigo de Porto Alegre, utilizando a técnica dos grupos reflexivos. Assim, esperamos contribuir e retornar para a sociedade o investimento financeiro feito pela instituição CAPES, financiadora da bolsa deste mestrado. Acreditamos também ser nosso dever responder aos participantes da pesquisa e fornecer subsídios que contribuam para uma maior articulação entre as instituições.